

(<http://eur-lex.europa.eu>)

Países Terceiros de Risco Elevado



Nos termos dos Regulamentos Delegados (UE)

2016/1675 da Comissão, de 14 de julho de 2016 (http://eur-lex.europa.eu/search.html?DTN=1675&DTA=2016&qid=1496859925610&DB_TYPE_OF_ACT=regulation&CASE_LAW_SUMMARY:

,

2018/105 da Comissão, de 27 de outubro de 2017 (http://eur-lex.europa.eu/search.html?DTN=0105&SUBDOM_INIT=ALL_ALL&DTS_DOM=ALL&CASE_LAW_SUMMARY=false&type=advanced&

,

2018/112 da Comissão, de 13 de dezembro de 2017 (http://eur-lex.europa.eu/search.html?DTN=0212&DTA=2018&qid=1518627432582&DB_TYPE_OF_ACT=regulation&CASE_LAW_SUMMARY:

,

são os seguintes os países terceiros de risco elevado que apresentam deficiências estratégicas:

I. Países terceiros de risco elevado que apresentaram um compromisso político escrito de alto nível para remediar as deficiências identificadas e que elaboraram um plano de ação com o GAFI:

- AFGANISTÃO
- BÓSNIA E HERZEGOVINA
- ETIÓPIA
- GUIANA
- IÉMEN
- IRAQUE
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO LAOS
- SÍRIA
- SRI LANCA
- TRINDADE E TOBAGO
- TUNÍSIA
- VANUATU
- UGANDA

II. Países terceiros de risco elevado que apresentaram um compromisso político de alto nível para remediar as deficiências identificadas e que decidiram solicitar uma assistência técnica para a execução do Plano de Ação do GAFI:

- IRÃO

III. Países terceiros de risco elevado que apresentam atualmente problemas persistentes e substanciais de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, tendo violado repetidamente a obrigação de remediar as deficiências identificadas:

- REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA (COREIA DO NORTE)

(<http://eur-lex.europa.eu>)

[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)
[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)
[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)
[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)
[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)
[\(http://eur-lex.\)](http://eur-lex.)